

3 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL  
REALIZADA NO INTERVALO DE 14/09/2023 A 21/09/2023 APELAÇÃO Nº  
0804738-27.2021.8.10.0060 – TIMON Apelante : Paulo Henrique dos Santos  
Cardoso, vulgo “PH” Advogados : Danilson de Sousa Santos (OAB/PI 15.065) e  
Hildenburg Meneses Chaves (OAB/PI 10.713) Apelado : Ministério Público  
Estadual Relator : Des. Francisco RONALDO MACIEL Oliveira EMENTA APELAÇÃO  
CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. APLICAÇÃO DA REDUÇÃO  
PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS. VIABILIDADE. RÉU PRIMÁRIO.  
SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS.  
INVIABILIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. I – Deve ser reconhecida a causa  
especial de diminuição da pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº  
11.343/2006, uma vez que o Apelante é primário, não integra organização  
criminosa e inexistem provas efetivas da habitualidade em atividade  
criminosa. II – Na prática, a “dedicação a atividades criminosas” está a  
se basear em conjecturas, não tendo o órgão acusatório se desincumbido do  
onus probandi de sua exclusiva responsabilidade, mormente quando não  
apontado na sentença condenatória, momento algum, qualquer outra  
condenação transitada em julgado, isto porque, como já resolvido no Tema  
Repetitivo nº 1139 do STJ, “É vedada a utilização de inquéritos e/ou ações  
penais em curso para impedir a aplicação do art. 33, § 4º, da Lei nº  
11.343/06”. III – Inobstante o montante da pena privativa de liberdade,  
fixada em patamar inferior a 4 (quatro) anos, resta inviável a  
substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos,  
uma vez que desvalorada a culpabilidade, nos termos do art. 44, III, do CP  
(STJ. 5ª Turma. AgRg no AREsp 2.083.490/SP. Rel. Min. Joel Ilan Paciornik.  
DJe de 5/6/2023). IV– Recurso parcialmente provido. ACÓRDÃO Vistos,  
relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº  
0804738-27.2021.8.10.0060 , em que figuram como partes os  
retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara  
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação  
unânime, em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça –  
PGJ, em DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso interposto, nos termos do voto  
do Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Francisco  
RONALDO MACIEL Oliveira (Presidente/relator), José Luiz Oliveira de  
Almeida (vogal) e pelo Des. Vicente de Paula Gomes de Castro. Funcionou  
pela Procuradoria-Geral de Justiça, o Dr. Krishnamurti Lopes Mendes  
França. Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do  
Estado do Maranhão, de 14/09/2023 a 21/09/2023. São Luís, 21 de setembro  
de 2023. Desembargador Francisco RONALDO MACIEL Oliveira Relator (ApCrim  
0804738-27.2021.8.10.0060, Rel. Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL  
OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 29/09/2023)